

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Jair Miotto - Jerry Comper - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Divulga o Projeto de Lei n. 323/2019, de sua autoria, que institui a Nota Catarina, com o propósito de premiar cidadãos que indicam o CPF no documento fiscal ao realizar as compras no estado de Santa Catarina. Salaria que a proposta é para que o contribuinte possa acumular notas fiscais e ganhe pontuações, gerando descontos, além de concorrer a prêmios.

Acrescenta que para incentivar tal prática criou-se um movimento perante as entidades sociais e empresas com o objetivo de estimular o cidadão a pedir o comprovante fiscal seja em loja, bares, restaurantes em seu CPF. Didaticamente, explica

que para participar o cidadão deve se habilitar no portal e, no momento das compras nos estabelecimentos, indicar o número de seu CPF. Coloca ainda que o Programa Nota Fiscal visa incentivar a cidadania fiscal, a concorrência leal, o combate à sonegação e o aumento da arrecadação por meio da emissão de documentos fiscais pela empresa e inclusão do CPF no momento da compra pelo cidadão.

Por se tratar de um projeto de justiça tributária e social, pede apoio aos pares do Parlamento Catarinense para que a matéria avance em Santa Catarina, em conjunto com os projetos similares em tramitação na Casa Legislativa.
[Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Informa que o deputado Ricardo Alba foi destituído da liderança do partido, e nomeado como novo líder o deputado Sargento Lima, por estar mais afinado com os ideais do presidente Bolsonaro e com as intenções do PSL do estado.

Afirma haver evidentes diferenças de ideias com o governador de Santa Catarina, o qual foi eleito por se dizer alinhado com Bolsonaro. Acrescenta que os deputados estaduais do PSL discordam de algumas posições que o governador está tomando, como no caso das discussões sobre os defensivos agrícolas.

Comenta que quando houve debate na Casa sobre identidade de gênero, o deputado Ricardo Alba subiu à tribuna e afirmou que o governador não havia homologado o termo no plano de ensino que busca basear as atividades educacionais em instituições de ensino de Santa Catarina. E após ser pressionado, o governador voltou atrás e retirou os termos ligados à identidade de gênero. Relata que conversou em particular com o governador Carlos Moisés e o questionou se iria apoiar o projeto de educação domiciliar, e conta que o governador discordou do projeto, indo contrário à opinião do governo federal.

Questiona as entrevistas do governador, alegando que ele nem sempre age conforme o que

diz. Afirma que o governador Carlos Moisés está loteando cargos, nomeando pessoas com ideologias distintas com a dos bolsonaristas, e relata também que o governador está apagando comentários nas redes sociais de eleitores que estão questionando a postura dele. Acrescenta que protocolou, na presente data, um projeto de lei que proíbe que os administradores das redes sociais do governo bloqueiem usuários e apaguem mensagens.

Informa que dentre os nove pedidos de informação enviados ao governador, apenas quatro foram respondidos, e das 57 indicações, somente 17 houve resposta. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna o senhor Marcos Lichtblau, vice-presidente da Associação Catarinense de Tecnologia - Acate, e coordenador- geral do Pacto Pela Inovação para discorrer acerca do tema.

Após a manifestação da Acate, a Presidência reabre a sessão, dando continuidade ao horário destinado às Breves Comunicações.

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Comenta a respeito do programa de política de incentivo para o consumidor pedir nota fiscal eletrônica, salientando a importância do cruzamento de dados, bem como da destinação de parte do ICMS a entidades de caráter assistencial. Faz citação do estado de São Paulo quando implantou o programa em 2007, e se obteve aumento de arrecadação e redução da evasão fiscal. Também, destaca que outros estados da Federação usam o mecanismo da nota fiscal eletrônica e os resultados são de obras e ações voltadas para sociedade de modo geral.

Discorre sobre o atraso de algumas obras e diz que os representantes da sociedade catarinense sofrem, e há reclamações por parte das entidades, devido as dificuldades e lentidão das obras no estado, e exemplifica a rodovia SC-135, que liga Porto União a Caçador, sendo que o trecho de Matos

Costa está sem condições de trafegar. Entende que esses problemas trazem prejuízos econômico-financeiro para a população e a região, bem como para outras regiões do estado. Por isso, faz um apelo ao governo do estado, à secretaria da Infraestrutura e Casa Civil para acelerar o andamento e conclusão das obras.

Por último, faz elogios à estrutura do evento Oktoberfest, pelo profissionalismo técnico e evoluído na área de turismo, demonstrando a pujança de Blumenau. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partidos Políticos

Partido: PP

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Convida todos os parlamentares para prestigiarem o 3º Seminário Regional Sobre Síndrome de Down, que acontecerá amanhã, em Chapecó, com diversas palestras e debates para familiares, professores e portadores da síndrome, e criação de políticas públicas de inclusão social. E agradece a todos os envolvidos pela organização do referido seminário.

Reporta-se à audiência que ocorreu na atual semana, juntamente com o secretário Helton Zeferino e equipe, onde foi debatido a primeira política hospitalar catarinense, com o objetivo de criar políticas de incentivo para hospitais filantrópicos.

Comenta que em 2018 foi criada, com apoio de todos os deputados estaduais, uma emenda impositiva na LDO, tornando obrigatório o pagamento de recursos de incentivo hospitalar para as instituições filantrópicas. Informa que a Secretaria de Saúde está processando os planos de aplicação de recursos, com início de pagamento na primeira semana de novembro. Acrescenta que isso é um reconhecimento do governo estadual sobre a importância destes hospitais.

Conta que a cada dez catarinenses que buscam por atendimentos hospitalares, sete são atendidos pelos hospitais filantrópicos, portanto merecem

receber recursos do ICMS para que melhorem e ampliem o atendimento ao cidadão catarinense.

Informa que também apresentou reivindicações para o secretário Helton, uma dizendo que não é justo que 34 hospitais filantrópicos e 22 hospitais municipais, que prestam atendimento pelo SUS, fiquem de fora desta política. Afirma que é necessário dar uma oportunidade para que estes hospitais possam ser incluídos na política hospitalar catarinense. A outra reivindicação é para que haja valorização da criação de especialidades de média complexidade como, por exemplo, cirurgias na área da ortopedia, urologia e otorrinolaringologia. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Agradece a comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei Cobalchini, no repasse de recursos do IPVA de 10% para 30%, passando de R\$90 milhões para R\$ 270 milhões o investimento anual nas rodovias estaduais. Menciona que o governo do estado tem realizado grande campanha com os prefeitos de Santa Catarina para aderirem ao Programa Recuperar, que basicamente convenia com os consórcios públicos na recuperação das mesmas. Porém, analisando a liberação de verbas do governo estadual, que é de R\$ 10 milhões por mês, para recuperar seis mil quilômetros de rodovias, isto só para fazer a roçada, as valetas, o tapa buracos e a sinalização, o valor é pouco e torna-se difícil convencer os consórcios e prefeitos que isto será possível.

Explica que este foi o motivo para realizar a alteração da lei, passando para a parte do estado o que tem direito, que são 30% destinado do IPVA. Cita que a previsão para 2019 é da arrecadação chegar próximo de R\$ 1,9 bilhão, 50% ficando com os municípios e outros 50% para o governo estadual. Sendo que a estimativa do governo é de que seria necessário em torno de R\$ 700 milhões para recuperar a malha viária estadual.

Destaca também que os consórcios e muitos prefeitos não estão aceitando participar do

Programa Recuperar, porque a partir do momento que é assinado o convênio a responsabilidade de tudo o que acontecer na rodovia passa a ser do consórcio e do município que está fazendo a recuperação. Diz que a intenção do governo é muita boa, mas diante da responsabilidade e de poucos recursos muitos não estão aderindo.

Conclui, afirmando que a Secretaria de Infraestrutura e Deinfra têm que pensar em uma estrutura própria, que possa dar condições para recuperar muitos trechos, principalmente nas regiões onde os índices de acidentes são maiores. Espera que o Programa Recuperar dê certo e seja um sucesso. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comenta sobre o projeto de lei, de sua autoria, que busca garantir ao caminhoneiro pontos de descanso ao longo das rodovias estaduais.

Relata ter recebido a triste notícia de que o referido projeto foi arquivado na comissão de Constituição e Justiça, e solicita apoio dos demais parlamentares buscando garantir o merecido direito aos caminhoneiros.

Discorre sobre o Aeroporto de Correia Pinto, informando que a Infraero estabeleceu o prazo de um mês para regularização e início das operações.

Conta que teve a grata satisfação de ler a Medida Provisória n. 899, sobre a transação tributária, que permite a grandes empresas o parcelamento da dívida ativa em até 84 meses, com redução de 50%. Para pessoa física, microempresa e empresas de pequeno porte, pode ser parcelado em até 100 vezes, com 70% de desconto dos créditos permitidos a serem transacionados. Diz que os empresários ainda sofrem com resquícios da crise que faliu inúmeras empresas, além do excesso de impostos.

Solicita que os veículos de comunicação da Casa divulguem a Medida Provisória, uma vez que este ato impacta na vida de pessoas que contribuem diretamente para o desenvolvimento do país.

Deputado Jerry Comper (Aparteante) -
Parabeniza o deputado pelo projeto de lei, citando
que seu pai era caminhoneiro e viu de perto as
dificuldades da profissão. [Taquiografia: Roberto]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá
início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de
Constituição e Justiça apresentou parecer
contrário aos Projetos de Lei n.s: 0125/2019 e
0150/2019.

Igualmente, comunica que a comissão de
Finanças e Tributação apresentou parecer favorável
aos Ofícios n. 0641/2017 e 0715/2017.

Pedido de Informação n. 0557/2019, de autoria
do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao chefe
da Casa Civil, informações acerca das medidas
provisórias editadas nos anos de 2017 e 2018,
pelas quais o Poder Executivo fixou a redução da
alíquota de repasse do aporte patronal
obrigatório.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0562/2019, de autoria
do deputado Neodi Saretta, solicitando ao
secretário da Casa Civil informações acerca da
data prevista para que o processo de cedência do
terreno que sedia o Centro de Atenção Psicossocial
- Ponta do Coral seja encaminhado para a
secretaria municipal de Saúde de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0563/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao chefe da Casa Civil, informações acerca do registro de pesquisas como propriedade intelectual e material perante os órgãos competentes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0564/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao chefe da Casa Civil, informações acerca dos projetos desenvolvidos com os recursos da Fapesp, bem como as entidades ou pessoais que mais desenvolveram pesquisa em parceria com a mesma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0565/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao chefe da Casa Civil, informações acerca do processo licitatório que deu origem ao contrato do Sistema de Gerenciamento do plano de saúde dos servidores estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0566/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando aos secretários da Saúde, da Fazenda e da Casa Civil informações acerca dos valores dos repasses até o momento conforme convênio firmado entre o Governo e os hospitais filantrópicos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0567/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando aos secretários da Saúde, da Fazenda e da Casa Civil informações acerca dos valores já repassados a cada um dos dez hospitais filantrópicos da região do Alto Vale do Itajaí, de acordo com o convênio firmado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0568/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando aos secretários da Saúde, da Fazenda e da Casa Civil informações acerca dos valores já repassados a cada um dos treze hospitais filantrópicos da região do Médio Vale do Itajaí, de acordo com o convênio firmado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0541/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, parabenizando o Pastor Melquisedeck de Oliveira, da Assembleia de Deus de Itajaí, pela passagem do seu aniversário.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0542/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz, manifestando aplausos ao Presidente da Associação Empresarial de Blumenau pela passagem dos 118 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0543/2019, de autoria do deputado Mauro de Nadal, cumprimentando o presidente do Laticínio São João, pelo recebimento do prêmio Medalha de Ouro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0544/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, manifestando apoio à prefeita e à secretária de Assistência Social do município de Palmeira pelo Projeto Música e Transformação Social, que visa promover a cultura às crianças e adolescentes por meio de oficinas de música.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0545/2019, de autoria do deputado Altair Silva, manifestando aos familiares do Senhor Severino Silvio Tozzo pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0546/2019, de autoria da deputada Paulinha, manifestando aplausos à vereadora Juliethe Nitz pela busca de uma capacitação com o objetivo de fortalecer a Procuradoria da Mulher e por estimular o engajamento na luta pela causa da mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0547/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, parabenizando o professor e Advogado Cesar Luiz Passold por sua contribuição valiosa e eficaz para o desenvolvimento da advocacia e da OAB/SC, em especial da Escola Superior de Advocacia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1527/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao ministro da Educação informações acerca das universidades e faculdades no estado que ofertam o curso de medicina veterinária.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1531/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1532/2019 e 1533/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1534/2019, 1535/2019, 1536/2019, 1537/2019 e 1538/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1506/2019, 1507/2019, 1508/2019 e 1509/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sara]

Explicação Pessoal

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador)- Pede uma atenção especial a todos que defendem o trabalho na região sul e também da bancada do oeste catarinense, pois nos municípios de Tubarão e Chapecó a Câmara de Vereadores tenta aprovar leis que dificultam a regulamentação de motoristas por aplicativos.

Questiona a origem dessas leis, pois não viu nenhuma manifestação no município de Tubarão a favor ou contra os aplicativos, e pergunta-se ao interesse de quem os vereadores estão atendendo.

Lembra que, quando os aplicativos de transporte chegaram ao estado, alguns municípios tentaram proibi-los, e pela repercussão negativa junto à população, os prefeitos retiraram as leis, mas criaram exigências que ninguém consegue cumprir.

Comenta que, em Chapecó, uma lei esta prestes a ser aprovada, onde das restrições, a mais absurda quer proibir a captação de passageiros em vias públicas.

Diz que isso é inconstitucional, e relembra que os municípios são proibidos de fazer leis restritivas, e pede o apoio aos demais deputados na aprovação da PLC 024, que esta em tramitação no Parlamento, a fim de garantir a liberdade dos trabalhadores e passageiros. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Retoma o pronunciamento do deputado Bruno Souza, manifestando total apoio na prática de aplicativos de transporte, principalmente num país com mais de 13 milhões de desempregados, oportunizando fonte de renda, além de oferecer um transporte rápido e acessível financeiramente. Afirma que é companheiro na defesa de respeitar a legislação federal concomitante à estadual, oferecendo alternativas de liberdade de locomoção.

No segundo momento, conta que esteve na reinauguração do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, em Nova Trento, e faz um pequeno

histórico com imagens no telão, relatando que em 2018 houve mais de 2.000 cirurgias, todas pelo SUS, e que o hospital possui 52 leitos, atendimento dinâmico e que recebe da prefeitura um repasse de R\$ 205 mil por mês, tornando-se um hospital referência no estado de Santa Catarina.

Cumprimenta o prefeito Gian, o secretário da Saúde, o presidente do hospital, as lideranças, a equipe comprometida, e apresenta reconhecimento dessas iniciativas que deram certo. Parabeniza a direção do hospital e a associação que mantêm os funcionários. *[Taquígrafa Elzamar]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental. *[Revisão: Taquígrafa Sara]*